

estudos e pesquisas

Nº 69 – agosto de 2013

Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2013

Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2013

No primeiro semestre de 2013, os dados coletados pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS), do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – mostraram que os reajustes salariais conquistados nas negociações coletivas, ainda que apresentassem um recuo em relação ao quadro registrado em 2012, não tiveram um comportamento discrepante em relação ao de anos anteriores. Foram analisados os reajustes salariais de 328 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços – no setor privado e em empresas estatais – com data-base no primeiro semestre deste ano, e comparados aos resultados obtidos pelas mesmas unidades de negociação nos últimos seis anos, período no qual o SAS-DIEESE passou a acompanhar os resultados das negociações coletivas de um painel único de categorias profissionais.

Em que pese o recuo observado no resultado das negociações de 2013 frente ao observado em 2012, os dados revelam que as negociações deste ano encontram-se no mesmo patamar de reajustes com ganhos reais observado nos últimos anos.

Resultados

No primeiro semestre de 2013, cerca de 85% das 328 unidades de negociação analisadas pelo SAS-DIEESE conquistaram aumentos reais para os salários, segundo comparação com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicador normalmente utilizado como referência nas negociações salariais. Esse percentual é inferior ao observado no ano passado e em 2010, e praticamente igual ao observado em 2011 – sempre considerando os reajustes salariais conquistados pelas mesmas unidades de negociação em todos os anos. Em relação ao biênio 2008 e 2009, o número de reajustes com aumentos reais em 2013 foi maior. Contudo, o percentual de reajustes abaixo do INPC-IBGE em 2013 é o segundo maior em todo o período, abaixo apenas de 2008¹.

Sobre a distribuição dos reajustes segundo faixas de ganho real, nota-se em 2013 uma redução na magnitude deste ganho, o que pode ser descrito pela expressiva redução no

¹ Nota-se, em todo o período, que a maior parte dos reajustes abaixo da variação do INPC-IBGE se concentrou na faixa de até 1% abaixo desse índice, o que revela que mesmo as unidades de negociação que não lograram recuperar a inflação medida pelo indicador ficaram pouco abaixo dele.

número dos reajustes situados nas faixas de ganho real acima de 4%, e no aumento do número de reajustes situados na faixa de menor ganho real, de até 1% (Tabela 1).

Tanto o aumento da incidência de reajustes abaixo da inflação, quanto a redução dos percentuais de ganho real podem estar relacionados à elevação dos índices necessários para a reposição da inflação no primeiro semestre, na comparação com os anos anteriores².

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013

Variação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acima do INPC-IBGE	75,9	78,0	87,2	84,4	96,3	84,5
Mais de 5% acima	0,3	1,8	6,1	2,4	8,3	0,6
De 4,01% a 5% acima	1,2	1,5	3,4	2,4	5,8	0,0
De 3,01% a 4% acima	3,4	2,1	6,4	7,0	4,6	6,7
De 2,01% a 3% acima	6,7	8,2	11,9	10,1	27,9	12,8
De 1,01% a 2% acima	28,7	18,0	24,1	33,9	29,1	29,6
De 0,01% a 1% acima	35,7	46,3	35,4	28,4	20,6	34,8
Igual ao INPC-IBGE	12,2	14,0	8,5	8,0	2,8	7,0
De 0,01% a 1% abaixo	10,7	5,2	3,7	6,4	0,9	7,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,6	0,9	0,0	0,6	0,0	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,3	0,3	0,6	0,0	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5% abaixo	0,3	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	11,9	7,9	4,3	7,6	0,9	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação

A Tabela 2 mostra a distribuição da variação real dos reajustes segundo quartis³ e o valor médio do aumento real. É possível observar que os ganhos reais de 2013 foram, no geral, inferiores aos observados em 2010 e 2012. Em relação a 2011, em particular, nota-se que os menores ganhos de 2013 foram inferiores aos menores ganhos daquele ano (comparação entre os primeiros quartis e medianas), e os maiores foram superiores

² Ver Tabela 11 nos anexos, ao final do estudo.

³ Medida que divide um conjunto ordenado de dados (em ordem crescente de valor) em quatro partes iguais. O primeiro quartil é o valor abaixo do qual se encontram 25% dos dados; o segundo quartil, ou mediana, é o valor abaixo do qual se encontram 50% dos dados; e o terceiro quartil é o valor abaixo do qual encontram-se 75% dos dados.

(comparação entre os terceiros quartis e maiores aumentos reais). Tal comportamento poderia levar, na média, a uma equivalência entre os anos. Contudo, o aumento real médio conquistado em 2011 foi maior do que o registrado em 2013. Quanto aos aumentos reais observados em 2008 e 2009, estes ficaram abaixo do conquistado no primeiro semestre deste ano.

TABELA 2
Estatísticas sobre os aumentos reais⁽¹⁾
Brasil, 2008-2013

Aumento Real	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Maior	5,10%	6,27%	10,91%	8,01%	9,79%	8,31%
3º quartil	1,47%	1,11%	2,23%	1,61%	2,89%	1,72%
Mediana	0,57%	0,49%	1,17%	1,13%	1,93%	0,98%
1º quartil	0,04%	0,06%	0,48%	0,56%	1,06%	0,35%
Menor	-5,57%	-5,51%	-3,31%	-2,32%	-0,08%	-2,07%
Médio	0,82%	0,73%	1,62%	1,37%	2,26%	1,19%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

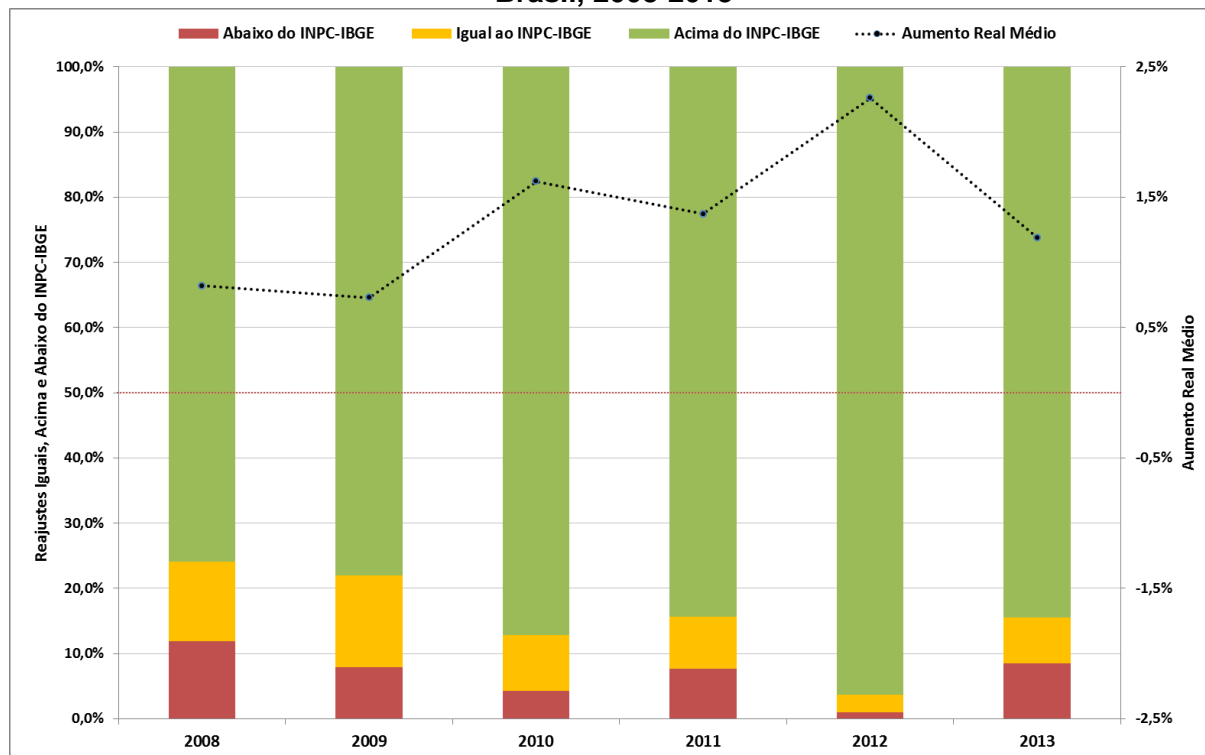
Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais.

b) Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 328 unidades de negociação

O Gráfico 1 sintetiza as principais informações apresentadas nas duas tabelas anteriores. Nele podem ser observadas a distribuição dos reajustes salariais, segundo comparação com o INPC-IBGE, e a variação do aumento real médio no período analisado. O Gráfico evidencia a proximidade dos resultados de 2013 com os de 2011.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 328 unidades de negociação

Reajustes salariais por setores econômicos

Na comparação entre os setores econômicos, o Comércio foi o que apresentou o maior percentual de reajustes acima da variação do INPC-IBGE: cerca de 98% das 45 unidades de negociação consideradas conquistaram ganhos reais para os salários. Na Indústria, o percentual de reajustes acima da inflação foi de 85%, de um universo de 142 reajustes pesquisados; e nos Serviços, 79%, de um total de 141 reajustes salariais.

Reajustes em valores idênticos à variação do INPC-IBGE foram mais frequentes nos Serviços, observados em 11% do setor, e, em menor escala, na Indústria – em cerca de 5%. No Comércio não foram registrados reajustes iguais à inflação.

Quanto aos reajustes em valores abaixo do INPC-IBGE, 10% das unidades de negociação da Indústria, 9% dos Serviços e 2% do Comércio apresentaram essa característica. As perdas ficaram, em geral, em valores de até 1% abaixo do INPC-IBGE. Na Indústria, excepcionalmente, duas unidades de negociação tiveram perdas maiores: uma de valor entre 1,01% e 2%, e outra entre 2,01% e 3% abaixo do INPC-IBGE.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o
INPC-IBGE, por setor econômico
Brasil, 2013

(em %)

Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Total
Acima do INPC-IBGE	85,2	97,8	79,4	84,5
Mais de 5% acima	0,0	0,0	1,4	0,6
De 4,01% a 5% acima	0,0	0,0	0,0	0,0
De 3,01% a 4% acima	6,3	6,7	7,1	6,7
De 2,01% a 3% acima	14,8	6,7	12,8	12,8
De 1,01% a 2% acima	35,2	42,2	19,9	29,6
De 0,01% a 1% acima	28,9	42,2	38,3	34,8
Igual ao INPC-IBGE	4,9	0,0	11,3	7,0
De 0,01% a 1% abaixo	8,5	2,2	9,2	7,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,7	0,0	0,0	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,7	0,0	0,0	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	9,9	2,2	9,2	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

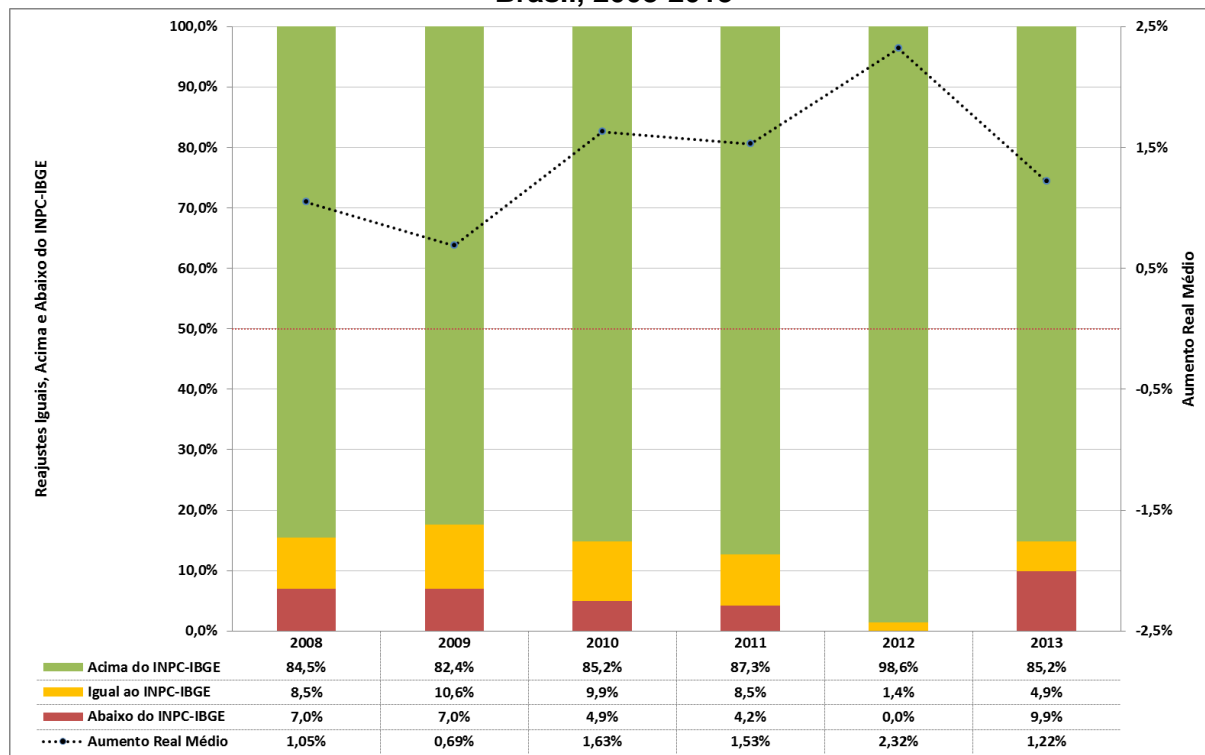
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 142 unidades de negociação da Indústria, 45 do Comércio e 141 dos Serviços

Indústria

A Indústria apresentou, no primeiro semestre de 2013, a maior concentração de reajustes abaixo da inflação desde 2008, segundo comparação entre os resultados das mesmas 142 unidades de negociação pesquisadas. Contudo, essa concentração é, em certa medida, contrabalançada pelo resultado das negociações que conquistaram aumentos reais, amortecendo a redução no valor médio do aumento real, como pode ser observado no Gráfico 2. O aumento real médio nas negociações dos industriários, em 2013, foi de 1,22% – abaixo do registrado em 2010, 2011 e 2012, mas superior ao registrado em 2008 e 2009.

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio na Indústria,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 142 unidades de negociação

A redução na magnitude dos aumentos reais no primeiro semestre de 2013 é visível em todas as atividades econômicas da Indústria apresentadas na Tabela 4. Os maiores aumentos reais médios, no primeiro semestre de 2013, foram observados nos acordos dos trabalhadores da construção e mobiliário e dos metalúrgicos. O menor foi verificado entre os acordos dos urbanitários – o que em parte é explicado pela adoção do IPCA-IBGE como índice de referência para a negociação coletiva por essa categoria profissional⁴.

⁴ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) é o índice utilizado pelo Governo Federal para a medição das metas inflacionárias e serve de parâmetro para algumas negociações salariais, dentre as quais a dos trabalhadores em empresas estatais, caso de algumas empresas urbanas – notadamente as de saneamento e de purificação e distribuição de águas. Em geral, o IPCA-IBGE apresenta variações em 12 meses menores do que outros índices inflacionários, como o INPC-IBGE e o Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE).

TABELA 4
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Alimentação	0,86	0,68	1,02	1,38	1,85	0,82	19
Construção e Mobiliário	1,76	1,12	2,66	2,40	3,37	1,92	43
Gráfica	0,76	0,49	1,60	0,72	1,37	0,87	8
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	1,17	0,70	1,49	1,74	2,40	1,26	21
Química e Farmacêutica	1,13	0,06	0,82	0,95	1,75	0,69	9
Fiação e Tecelagem	0,74	0,26	1,00	0,80	1,20	0,62	6
Urbana	-0,08	0,22	0,28	0,88	1,26	0,42	10
Vestuário	0,43	0,64	1,31	0,88	2,02	1,05	19
Total	1,05	0,69	1,63	1,53	2,32	1,22	142

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

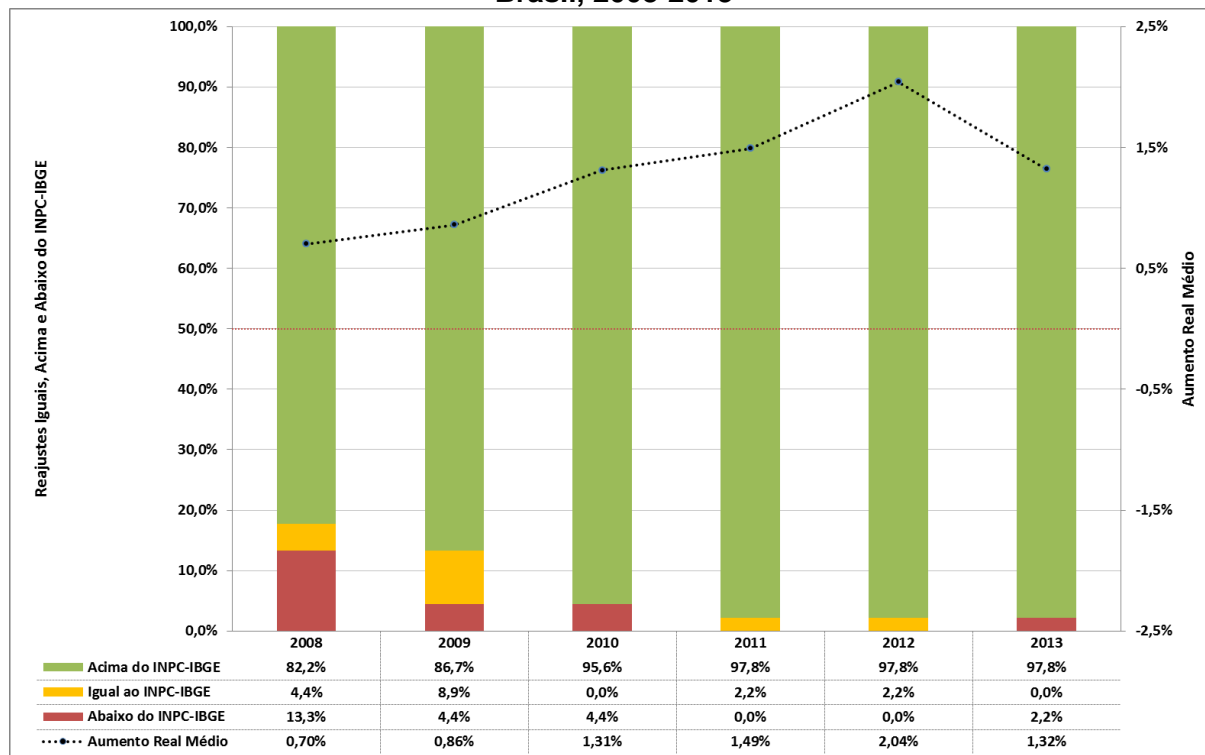
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Comércio

No primeiro semestre de 2013, os comerciários apresentaram um percentual de reajustes acima do INPC-IBGE idêntico ao observado em 2011 e 2012, e superior ao observado nos anos de 2008 a 2010 – sempre considerando os resultados para as mesmas 45 unidades de negociação do setor.

No entanto, diferentemente do observado em 2011 e 2012, verificou-se, em 2013, a ocorrência de reajustes abaixo da inflação. Esse resultado contribuiu para a redução do valor médio dos ganhos reais no setor, que vinha crescendo ano após ano (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio no Comércio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 45 unidades de negociação

Na análise dos aumentos reais médios segundo as atividades econômicas do setor, observa-se que a redução do aumento real foi maior nas negociações dos trabalhadores no comércio varejista e atacadista. Neste segmento, o valor de 1,22% acima do INPC-IBGE ficou abaixo do observado em 2010, 2011 e 2012.

TABELA 5
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica no Comércio
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	0,77	0,83	1,34	1,31	2,01	1,22	35
Minérios e Derivados de Petróleo	0,58	1,32	1,49	2,40	2,30	1,96	8
Total	0,70	0,86	1,31	1,49	2,04	1,32	45

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

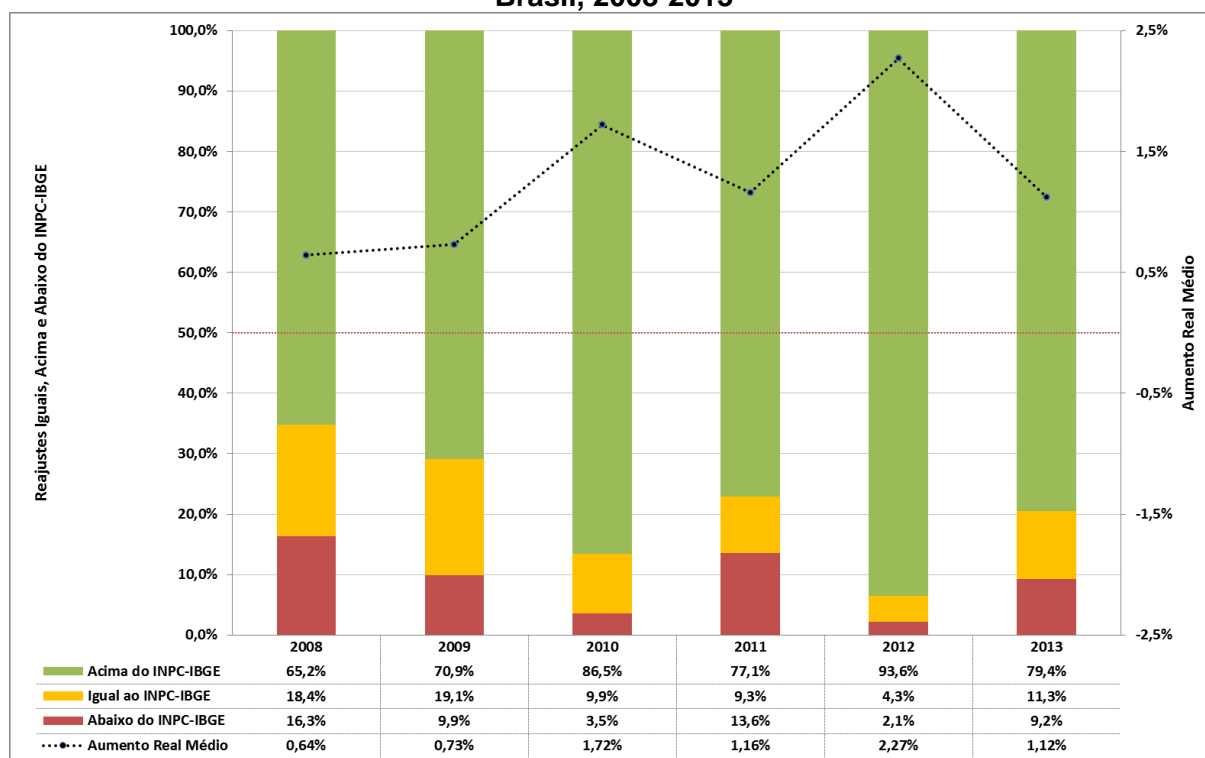
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Serviços

Nos Serviços, o número de reajustes salariais com aumento real no primeiro semestre deste ano foi inferior ao observado em 2010 e 2012, e superior ao registrado em 2008, 2009 e 2011, na comparação entre os reajustes das mesmas 141 unidades de negociação do setor. Em relação aos reajustes abaixo do INPC-IBGE, o primeiro semestre de 2013 apresenta um resultado pior do que 2010 e 2012, e melhor em relação aos outros três anos.

Sobre o aumento real médio no período, o valor apurado em 2013 foi menor que os registrados em 2012 – o ponto mais alto da série – e 2010, e muito próximo ao observado em 2011. Nos anos de 2008 e 2009, o aumento real médio foi inferior ao observado neste ano.

GRÁFICO 4
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio nos Serviços, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 141 unidades de negociação

A análise dos aumentos reais médios segundo as atividades econômicas no setor dos Serviços revela algumas particularidades. Em todas as atividades consideradas na Tabela 6, o valor registrado em 2013 é inferior ao registrado em 2012. No entanto, o recuo não foi

uniforme. Nos segmentos dos Bancos e Seguros Privados⁵ e dos Serviços de Saúde, o ganho real médio em 2013 foi o segundo maior do período. Por outro lado, os ganhos médios apurados nas negociações do segmento de Comunicações, Difusão Cultural e Segurança e Vigilância ficaram entre os menores desde 2008.

TABELA 6
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Agentes Autônomos no Comércio	0,36	0,84	1,14	1,53	2,85	1,21	5
Bancos e Seguros Privados	0,24	0,20	0,85	0,92	1,25	1,17	7
Comunicações, Publ. e Empr. Jornalísticas	0,36	-0,86	1,01	0,25	0,59	0,20	16
Difusão Cultural	0,54	0,59	0,62	0,44	1,28	0,29	5
Educação	0,18	0,58	1,38	0,76	1,54	0,61	26
Segurança e Vigilância	1,78	1,95	2,32	0,98	2,38	1,32	15
Serviços de Saúde	0,14	0,43	0,52	0,36	1,60	0,95	10
Transportes	0,37	0,15	1,27	1,68	2,55	1,63	17
Turismo e Hospitalidade	1,07	1,54	3,00	2,02	3,81	1,81	36
Total	0,82	0,73	1,72	1,16	2,27	1,12	141

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Reajustes salariais por datas-base

Antes de proceder à análise dos reajustes salariais segundo a data-base das unidades de negociação, é preciso fazer uma ressalva metodológica. Nesta seção, serão comparados os valores médios dos aumentos reais de todas as unidades de negociação registradas no SAS-DIEESE, e não somente os das mesmas 328 unidades de negociação, como é feito nas demais seções do estudo. Optou-se por tal procedimento para assim melhor captar a evolução dos aumentos reais ao longo dos doze meses do ano, e não apenas por um semestre. Outra razão é o fato de que parte das 328 unidades de negociação consideradas neste estudo antes de 2013 negociava em datas-base diferentes, até mesmo no segundo semestre do ano⁶. Desta forma, se fossem considerados apenas os resultados das mesmas 328 unidades de negociação

⁵ Neste segmento foram consideradas apenas as negociações dos Securitários, por possuírem data-base no primeiro semestre. Os bancários têm data-base em setembro.

⁶ Ver Tabela 12 no Anexo ao final do estudo.

registradas no primeiro semestre deste ano, a comparação por data-base entre os anos estaria prejudicada.

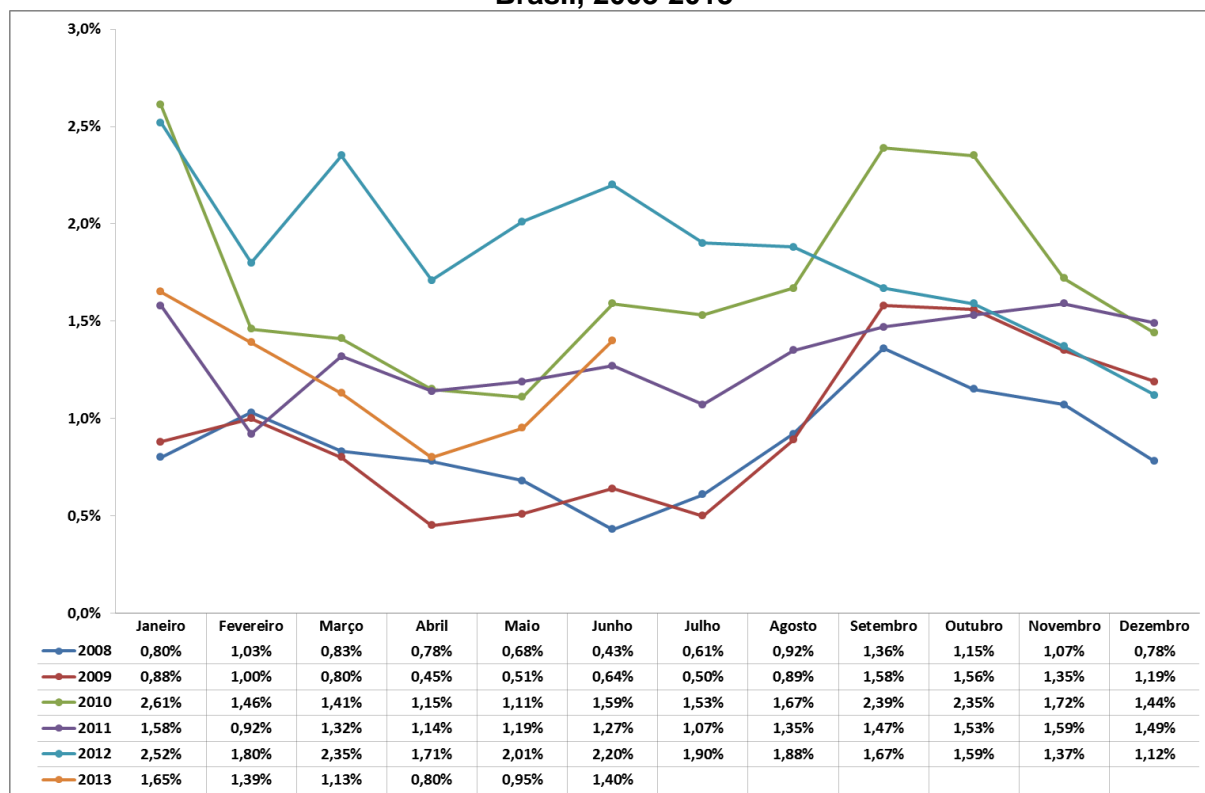
Feitas essas considerações, a análise dos aumentos reais segundo a data-base das categorias acompanhadas pelo SAS-DIEESE revela que as negociações de 2013 apresentam um movimento semelhante ao observado nos anos anteriores, ainda que os valores médios observados nas mesmas datas-base sejam diferentes, como pode ser visto no Gráfico 5.

Os valores médios dos aumentos reais conquistados no primeiro semestre de 2013 foram sempre inferiores aos apurados nas mesmas datas-base de 2010 e 2012, e inferiores ao apurado nas datas-base março, abril e maio de 2011. Por outro lado, os valores médios dos aumentos reais de 2013 foram sempre superiores aos observados nas correspondentes datas-bases de 2008 e 2009, e superiores aos observados em janeiro, fevereiro e junho de 2011.

Em que pese este fato, nota-se um comportamento semelhante em todos os anos, à exceção de 2012: os aumentos reais em janeiro foram, na maior parte dos casos, os mais elevados no primeiro semestre – em parte por efeito da valorização do Salário Mínimo, que desde 2010 ocorre nesse mês – e depois caem, descrevendo uma curva descendente, nem sempre regular, tornando a subir em fins do primeiro semestre ou começo do segundo, com ápice entre setembro e novembro⁷.

⁷ A especificidade do comportamento dos reajustes salariais de 2012 foi objeto de análise do balanço dos reajustes daquele ano: Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais de 2012. São Paulo, SP: DIEESE, mar. 2013. 27p. (Estudos e Pesquisas, 64). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012/estPesq64BalNegoc2012.pdf>

GRÁFICO 5
Aumento real médio, por data-base
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Foram considerados os aumentos reais de todas as unidades de negociação registradas no SAS-DIEESE: 819 u.n. em 2008; 814 em 2009; 803 em 2010; 799 em 2011; 745 em 2012; e 328 no primeiro semestre de 2013

b) Para maior conhecimento sobre o painel do SAS-DIEESE, ver notas metodológicas 5 e 6 ao final do estudo

O comportamento observado nos últimos anos, à exceção de 2012, mostra que os aumentos reais no segundo semestre do ano tendem a ser maiores do que os registrados no primeiro semestre – o que é explicado, em parte, pela concentração de negociações com elevado poder de mobilização e barganha na segunda metade do ano. Se confirmada essa tendência, para a qual deverão concorrer outros fatores que serão apresentados nas Considerações Finais, o desempenho consolidado das negociações salariais do ano 2013 poderá ser melhor do que o apurado no primeiro semestre.

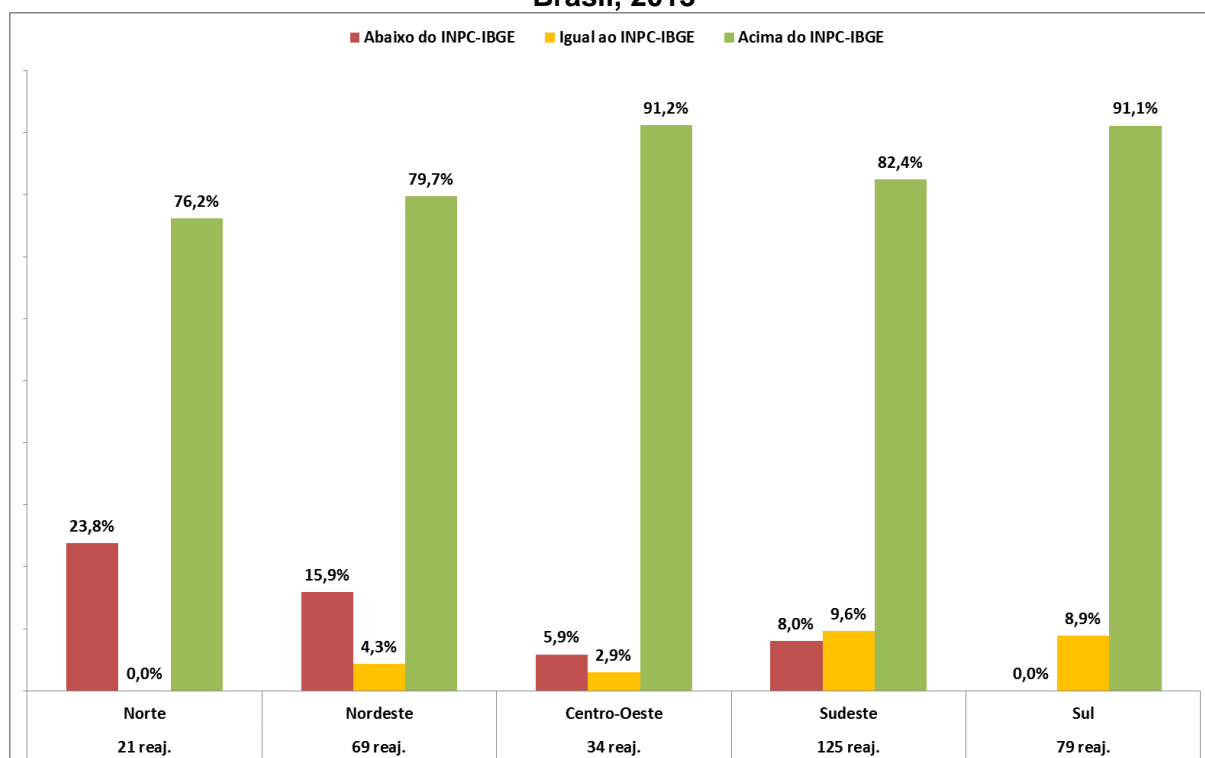
Reajustes salariais por regiões geográficas

Na comparação entre os resultados das negociações salariais segundo o recorte regional, nota-se que as regiões Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram o maior número de unidades de negociação com reajustes acima do INPC-IBGE: em torno de 91% do total de cada região. No Sul ainda se observa outra característica importante: nessa região não se registrou nenhum reajuste abaixo da inflação

As regiões Sudeste e Nordeste aparecem logo abaixo, com incidência de aumentos reais em torno de 82% e 80%, respectivamente. No entanto, verifica-se no Nordeste uma elevada incidência de reajustes abaixo da inflação: 16%.

Por fim, a região Norte é a que apresenta o menor percentual de reajustes com aumento real, 76%, e o maior de reajustes abaixo da inflação, quase 24% do total.

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por região geográfica
Brasil, 2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quando são analisados os valores médios dos aumentos reais, o Nordeste registra resultados melhores que as demais regiões, e a região Norte aparece como a de menor ganho real.

Na análise para o período, os ganhos reais médios de 2013 foram, para todas as regiões, menores do que os de 2010 e 2012, e superiores aos de 2008 e 2009, tal como já havia sido observado anteriormente segundo os outros recortes analíticos. Na comparação com 2011, exclusivamente, as regiões Norte e Nordeste apresentaram ganhos maiores em 2013, e as demais, ganhos menores.

TABELA 7
Aumento real médio⁽¹⁾, por região geográfica
Brasil, 2008-2013

Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Norte	0,66	0,96	1,90	0,36	1,93	0,98
Nordeste	0,91	1,06	2,06	1,23	2,37	1,28
Centro-Oeste	0,93	0,64	1,72	1,39	2,55	1,01
Sudeste	0,70	0,55	1,49	1,60	2,31	1,19
Sul	0,94	0,71	1,35	1,38	2,04	1,24
Total	0,82	0,73	1,62	1,37	2,26	1,19

(em %)

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

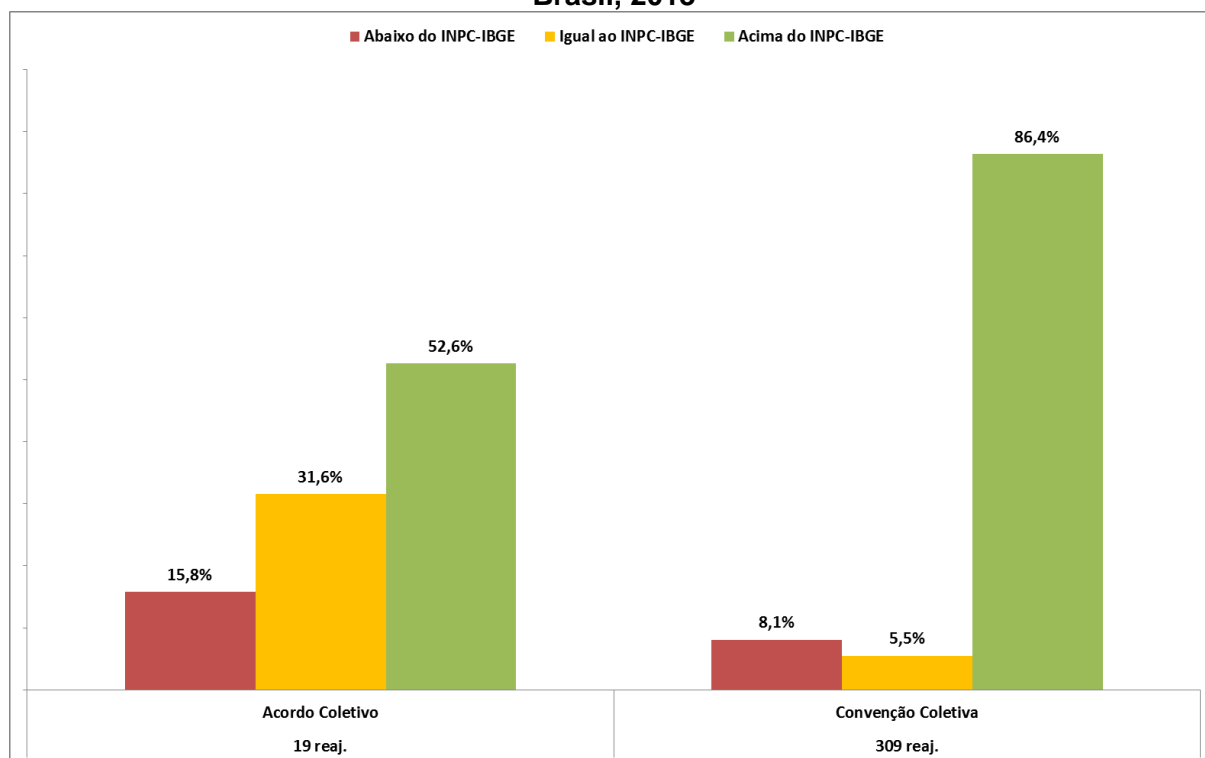
Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 21 unidades de negociação da região Norte, 69 do Nordeste, 34 do Centro-Oeste; 125 do Sudeste e 79 do Sul. Não houve registro de reajuste salarial em unidades de negociação de abrangência nacional

Reajustes salariais por tipo de negociação

Nota-se uma diferença substantiva entre os reajustes salariais definidos em acordos coletivos e em convenções coletivas. Nos primeiros, a soma do percentual de reajustes iguais e abaixo do INPC-IBGE quase se iguala ao percentual dos reajustes acima deste índice. Foram quase 16% de acordos com reajustes abaixo da inflação e 32% de reajustes em valor igual ao índice, frente a 53% dos acordos com reajustes com aumento real. Quanto às convenções coletivas, a incidência de aumentos reais foi muito superior, sendo verificável em cerca de 86% destes instrumentos normativos. Ainda assim, o percentual de convenções coletivas com reajuste abaixo do INPC-IBGE foi significativo: 8%.

GRÁFICO 7
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento normativo Brasil, 2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais das negociações salariais

Em relação à forma de aplicação dos reajustes salariais, não se verifica em 2013 mudanças significativas em relação ao registrado nos anos anteriores. A maior parte das unidades de negociação continuou definindo o pagamento do reajuste salarial em uma única parcela, e apenas 4% dos reajustes registrados adotou a forma de pagamento parcelado.

TABELA 8
Unidades de negociação com reajustes salariais pagos em uma vez, reajustes salariais parcelados e sem reajustes salariais
Brasil, 2008-2013

	(em %)					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pagamento em uma vez	96,6	92,4	96,6	96,6	96,6	96,0
Pagamento parcelado	3,0	6,1	3,4	3,4	3,4	4,0
em 2 vezes	2,7	4,6	2,4	2,4	3,4	4,0
em 3 vezes	0,3	1,2	0,9	0,9	0,0	0,0
em 4 vezes ou mais	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem reajuste	0,3	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação

Quanto aos reajustes aplicados de forma escalonada, ou seja, reajustes diferenciados segundo a faixa salarial do trabalhador beneficiado, nota-se a manutenção do patamar estabelecido em 2012 de pouco mais de um quinto das unidades de negociação consideradas, após este patamar ter subido gradualmente nos anos anteriores.

Sobre o pagamento de abono salarial na data-base, não houve grandes variações no período, sendo constatado em cerca de 6% das unidades de negociação em 2013.

TABELA 9
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2013

	(em %)					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Escalonamento	10,4	14,0	15,9	17,1	22,4	21,3
Abono salarial	5,2	6,4	7,6	7,6	5,8	5,8

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação

Resultados segundo o ICV-DIEESE

Diferentemente do observado na análise dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, a comparação dos reajustes salariais com a inflação medida pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE) revela que cerca de 90% das unidades de negociação no primeiro semestre de 2013 conquistaram aumentos reais para os salários, um resultado muito

próximo ao observado em 2012 e inferior ao registrado em 2008 e 2009 para as mesmas unidades de negociação.

TABELA 10
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2013

	(em %)					
Variação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acima do ICV-DIEESE	98,5	93,9	76,8	76,8	89,6	89,9
Mais de 5% acima	1,8	2,1	5,8	1,8	7,1	0,6
De 4,01% a 5% acima	3,7	1,8	2,4	1,8	3,4	0,6
De 3,01% a 4% acima	7,0	3,7	6,4	4,3	6,4	4,0
De 2,01% a 3% acima	22,3	7,0	9,5	7,0	19,0	15,9
De 1,01% a 2% acima	40,2	21,3	18,3	25,4	31,3	39,9
De 0,01% a 1% acima	23,5	57,9	34,5	36,4	22,4	29,0
Igual ao ICV-DIEESE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De 0,01% a 1% abaixo	0,9	4,0	21,6	19,9	10,1	9,8
De 1,01% a 2% abaixo	0,3	0,6	0,9	2,1	0,3	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,0	0,0	0,3	1,2	0,0	0,0
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5% abaixo	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do ICV-DIEESE	1,5	6,1	23,2	23,2	10,4	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação

A discrepância entre os resultados apurados segundo comparação com o ICV-DIEESE com os verificados na comparação com o INPC-IBGE decorre da diferença dos índices de inflação medidos por esses indicadores (ver Tabela 11, no anexo).

Considerações finais

A análise dos reajustes salariais negociados por 328 unidades de negociação do painel do SAS-DIEESE no primeiro semestre de 2013 revela um resultado inferior ao observado nos anos de 2010 e 2012, e semelhante ao de 2011, considerando os reajustes obtidos por essas mesmas unidades de negociação em todos os anos. O recuo de 2013 frente a 2012 ocorre tanto em relação ao percentual de negociações que conquistaram aumentos reais aos salários, como também em relação aos valores dos aumentos reais conquistados.

No entanto, em que pese essa comparação, os resultados de 2013 não podem ser considerados negativos. Nada menos do que 85% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais – um patamar em acordo com o comportamento das negociações salariais analisadas pelo DIEESE desde 2004, e superior ao observado no período anterior, desde quando o Departamento passou a publicar os Balanços dos Reajustes em 1996. Atendo-se somente aos dados analisados no presente estudo, as negociações salariais de 2013 foram, por exemplo, melhores do que as registradas em 2008 e 2009.

Contudo, houve certa inflexão nos resultados, principalmente se forem comparados aos do ano anterior, os melhores em toda a série histórica do DIEESE. Essa inflexão foi captada nos diversos recortes analíticos empregados – setorial, regional e por data-base. Há que se considerar, portanto, quais foram os fatores que contribuíram para este resultado.

O primeiro a ser levantado é o da elevação da inflação, que resultou na necessidade de índices de reposição mais elevados no período, o que dificultou a negociação de aumentos reais e diminuiu a margem de ganho dos trabalhadores⁸. Outro fator é o desaquecimento da economia, que vinha sendo observado desde meados do ano passado, e resultou no baixo crescimento do PIB em 2012 e na redução no ritmo de geração de empregos.

No entanto, os prognósticos para o segundo semestre apontam para uma melhora da conjuntura para a negociação coletiva. Alguns fatores que poderão contribuir para essa melhora são: a) a desvalorização do real, que eleva a competitividade da produção nacional no mercado interno e externo; b) a tendência de queda da inflação, que deve resultar em índices menores nas próximas datas-base; c) a retomada do crescimento, ainda que tímida; e d) o impacto positivo que as manifestações populares de junho podem ter nas mobilizações dos trabalhadores. Em relação a este último aspecto, ressalte-se que os trabalhadores já vinham

⁸ Para uma comparação entre os valores dos reajustes necessários para reposição da inflação, ver Tabela 11 nos Anexos.

aumentando a sua capacidade de mobilização através de greves, como vem sendo apontado nos Balanços de Greves publicados pelo DIEESE nos últimos anos.

Esses fatores, somados ao fato de que as negociações do segundo semestre tendencialmente são melhores do que as do primeiro, sugerem um desempenho melhor nos próximos meses.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao Balanço dos Reajustes Salariais do primeiro semestre de 2013. A Tabela 11 apresenta os percentuais de reposição salarial em cada data-base de 2008 a 2013, segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE, e as tabelas de número 12 a 15 apresentam dados que descrevem o painel utilizado, como a distribuição das unidades de negociação analisadas por data-base (Tabela 12), por tipo de instrumento normativo (Tabela 13); por setor e atividade econômica (Tabela 14) e por região geográfica e Unidade da Federação (Tabela 15).

TABELA 11
Reajustes necessários na data-base, segundo o INPC-IBGE e ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2013

(em %)

Data-base	INPC-IBGE						ICV-DIEESE					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Média 1º Sem.	5,76	6,06	4,89	6,40	5,32	6,82	4,72	5,80	5,32	6,82	5,78	6,80
Janeiro	5,16	6,48	4,11	6,47	6,08	6,20	4,79	6,11	4,04	6,91	6,09	6,41
Fevereiro	5,36	6,43	4,36	6,53	5,63	6,63	4,72	5,91	5,10	6,46	6,12	6,89
Março	5,43	6,25	4,77	6,36	5,47	6,77	4,47	5,96	5,70	6,26	5,83	6,87
Abril	5,50	5,92	5,30	6,31	4,97	7,22	4,68	5,91	5,78	6,72	5,49	7,08
Mai	5,90	5,83	5,49	6,30	4,88	7,16	4,69	5,79	5,68	7,33	5,37	6,68
Junho	6,64	5,45	5,31	6,44	4,86	6,95	4,94	5,12	5,60	7,21	5,78	6,87
Média 2º Sem.	7,25	4,46	4,94	6,86	5,53		6,77	3,94	5,58	6,96	6,29	
Julho	7,28	4,94	4,76	6,80	4,90		5,80	4,16	5,57	6,82	6,39	
Agosto	7,56	4,57	4,44	6,87	5,36		7,04	3,77	5,20	7,14	6,37	
Setembro	7,15	4,44	4,29	7,39	5,39		6,96	3,75	5,15	7,29	6,18	
Outubro	7,04	4,45	4,68	7,30	5,58		6,78	3,89	5,42	7,45	5,90	
Novembro	7,26	4,18	5,39	6,66	5,99		6,89	3,99	5,84	6,79	6,43	
Dezembro	7,20	4,17	6,08	6,17	5,96		7,16	4,06	6,30	6,24	6,45	
Média Anual	6,46	5,26	4,92	6,63	5,42		5,74	4,87	5,45	6,89	6,03	

Fontes: IBGE e DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 12
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008-2013

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	13,1	13,4	19,8	21,4	22,1	25,3
Fevereiro	7,6	8,8	6,1	5,2	4,9	5,2
Março	22,3	23,2	23,2	24,2	24,5	23,2
Abril	13,4	13,1	12,8	13,1	13,5	12,8
Mai	36,6	34,8	32,6	31,2	30,4	29,3
Junho	4,9	4,6	4,0	4,3	4,3	4,3
Julho	0,6	0,6	0,6	0,3	0,3	0,0
Agosto	0,0	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0
Setembro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outubro	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novembro	0,9	0,9	0,6	0,0	0,0	0,0
Dezembro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação

b) As mudanças no número de reajustes por data-base decorrem das alterações de datas-base das unidades de negociação consideradas

TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2008-2013

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	19	5,8
Convenção Coletiva	309	94,2
Total	328	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

TABELA 14
Distribuição dos reajustes salariais, por setor e atividade econômica
Brasil, 2008-2013

Setor / Atividade Econômica	nº	%
INDÚSTRIA	142	43,3
Alimentação	19	5,8
Artefatos de Borracha	1	0,3
Construção e Mobiliário	43	13,1
Extrativista	2	0,6
Gráfica	8	2,4
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,3
Joalheria e Lapidação	1	0,3
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	21	6,4
Papel, Papelão e Cortiça	2	0,6
Química e Farmacêutica	9	2,7
Fiação e Tecelagem	6	1,8
Urbana	10	3,0
Vestuário	19	5,8
COMÉRCIO	45	13,7
Varejista e Atacadista	35	10,7
Minérios e Derivados de Petróleo	8	2,4
Propagandistas e Vendedores de Prod. Farmac.	2	0,6
SERVIÇOS	141	43,0
Agentes Autônomos no Comércio	5	1,5
Bancos e Seguros Privados	7	2,1
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornal.	16	4,9
Cultura Física	1	0,3
Difusão Cultural	5	1,5
Educação	26	7,9
Processamento de Dados	3	0,9
Segurança e Vigilância	15	4,6
Serviços de Saúde	10	3,0
Transportes	17	5,2
Turismo e Hospitalidade	36	11,0
Total	328	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 15
Distribuição dos reajustes salariais, por região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2008-2013

Região / UF	nº	%
NORTE	21	6,4
Amazonas	12	3,7
Pará	6	1,8
Rondônia	2	0,6
Roraima	1	0,3
NORDESTE	69	21,0
Alagoas	2	0,6
Bahia	19	5,8
Ceará	16	4,9
Paraíba	6	1,8
Pernambuco	8	2,4
Piauí	2	0,6
Rio Grande do Norte	10	3,0
Sergipe	6	1,8
CENTRO-OESTE	34	10,4
Distrito Federal	10	3,0
Goiás	18	5,5
Mato Grosso	2	0,6
Mato Grosso do Sul	4	1,2
SUDESTE	125	38,1
Espírito Santo	5	1,5
Minas Gerais	28	8,5
Rio de Janeiro	34	10,4
São Paulo	58	17,7
SUL	79	24,1
Paraná	27	8,2
Rio Grande do Sul	26	7,9
Santa Catarina	26	7,9
Total	328	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um documento formalizado entre as partes.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais negociados por 328 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações compõem o painel fixo de categorias acompanhadas pelo SAS-DIEESE, cujo ano-base de referência é 2008, e que conta atualmente com 895 unidades de negociação dos três setores citados, mais o Rural.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal; e no texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.

Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro
01209-001 - São Paulo - SP
PABX: (011) 3821-2199
Fax: (011) 3821-2179

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Técnico Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Frederico Melo

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Victor Gnecco Pagani

Iara Heger (revisão de texto)